

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Cobras? Tubarões? Os animais mais mortíferos da Austrália são os cavalos

Governo do país analisou as mortes causadas por animais entre 2008 e 2017 – e chegou a uma conclusão surpreendente.

1 Depois dos cangurus e da Ópera de Sydney, a primeira coisa que vem à cabeça quando se pensa na Austrália talvez seja a perigosa fauna que habita ali. De 4 tubarões a crocodilos gigantes, o país é lar de animais extremamente perigosos: de acordo com a Enciclopédia *Britannica*, das nove espécies de cobra mais venenosas do 7 mundo, três (incluindo a primeira) são naturais de lá.

No entanto, um levantamento de 2017 do *Australian Bureau of Statistics*, a agência de estatísticas do governo 10 australiano, analisou as causas de morte por animais no país e revelou algo curioso: apesar da fama, animais como os citados acima não eram os mais mortíferos. Esse posto 13 pertence aos cavalos.

O relatório coletou dados de 2008 a 2017. Nele, cavalos, vacas e outros animais usados para transporte 16 foram os responsáveis por 77 mortes. Em segundo lugar, aparecem o restante dos mamíferos (60) e, em terceiro, vespas, abelhas e marimbondos (27).

19 Os temidos tubarões (e outros animais marinhos) vêm logo atrás, com 26 casos fatais. Na sequência, estão as cobras e os lagartos, com 23. Os crocodilos, com 17 mortes, 22 ficam atrás até dos cachorros (22). Outros insetos, artrópodes (aranhas, escorpiões etc.) e ratos completam a lista.

25 Por mais perigosos que sejam, animais temidos por muita gente como esses raramente fazem vítimas fatais – o que acontece, geralmente, quando seu *habitat* é invadido. 28 As cobras, por exemplo, matam 110 mil pessoas por ano no mundo, mas bichos como os mosquitos fazem quase sete vezes mais vítimas. Com os tubarões, a coisa é mais difícil 31 ainda: é mais provável ser morto por uma máquina de *snacks* do que pelo rei dos mares.

Com relação a aspectos linguísticos e gramaticais do texto, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 O texto consiste em uma narrativa a respeito dos animais da Austrália.
- 2 Na linha 2, o emprego do sinal indicativo de crase em “à cabeça” justifica-se pela regência da forma verbal “vem” e pela presença do artigo feminino que define “cabeça”.
- 3 A omissão da vírgula na linha 4 não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 4 As palavras “Ópera”, “mortíferos” e “responsáveis” são acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 5 O emprego das vírgulas às linhas 9 e 10 justifica-se por isolar apostro explicativo.
- 6 O conector “mas” (linha 29) introduz oração com sentido explicativo.

Quanto à adequação da proposta de substituição de vocábulos destacados à correção gramatical e ao sentido do texto, julgue os itens 7 e 8.

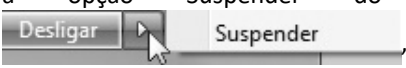
- 7 “aparecem” (linha 17) por **aparece**
- 8 “provável” (linha 31) por **esperado**

Acerca de correspondências oficiais, julgue os itens 9 e 10 conforme o **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 9 Na redação oficial, é necessária atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos: no endereçamento; no vocativo; e no corpo do texto. No corpo do texto, é obrigatório o uso dos pronomes de tratamento por extenso.
- 10 É finalidade da exposição de motivos o encaminhamento de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ordinária, de projeto de lei complementar e que compreenda plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e créditos adicionais.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que se refere aos conceitos de *hardware*, ao programa de edição de textos Word 2013 e ao sistema operacional Windows 7, julgue os itens de **11** a **15**.


- 11 Os dados armazenados na ROM são usados apenas uma única vez pelas aplicações.
- 12 Determinadas estruturas de barramentos podem ser usadas para conectar, por exemplo, um microprocessador às memórias e aos dispositivos de entrada/saída.
- 13 No Word 2013, quando um documento é aberto no Modo de Leitura, a maioria dos botões e das ferramentas é ocultada.
- 14 Após o desligamento completo do computador, a opção Suspend do Windows 7,  , quando acionada, permite guardar, na memória RAM do computador, todas as informações referentes aos programas e aos arquivos abertos.
- 15 Ao instalar o Windows 7, o usuário poderá escolher a instalação personalizada, que é o tipo mais indicado quando se está instalando o Windows em um computador novo.

Julgue os itens de **16** a **20** a respeito dos conceitos de redes de computadores, do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, e dos conceitos de organização e de gerenciamento de informações e programas.

- 16 A atual Internet, maior rede do mundo, possui um proprietário. Ela é controlada (dominada) por cientistas e engenheiros americanos.
- 17 As redes de computadores fornecem aos usuários serviços como, por exemplo, transmissão de arquivos, navegação na rede e chamadas telefônicas, entre outros.
- 18 O código de erro ERR_CONNECTION_REFUSED, que pode aparecer ao se tentar carregar uma página por meio do Google Chrome, significa que a página não permitiu que o Chrome se conectasse.
- 19 Ao clicar o botão direito do *mouse* sobre a unidade de disco (C:), selecionar a opção Propriedades e, em seguida, clicar o botão Limpeza de Disco,

Capacidade: 53.580.132.352 bytes 49,8 GB



Unidade C:  , um dos programas do Windows 7, ocorrerá a formatação do disco, apagando todo o conteúdo dele.

- 20 O Google Chrome não permite a exclusão de itens individuais do histórico, como, por exemplo, páginas visitadas e *downloads*.

No diagrama a seguir, as marcações V e F indicam quando o cruzamento da informação é verdadeiro e falso, respectivamente. Cada moça tem uma única profissão e cada garoto é irmão de somente uma das moças. Por exemplo, Clarice é bióloga e Vitor não é irmão da veterinária.

	veterinária	bióloga	João	Vitor
Virgínia				
Clarice		V		
João				
Vitor	F			

Com base nesse caso hipotético e no diagrama, julgue os itens **21** e **22**.

- 21 João é irmão da veterinária.
- 22 Virgínia é irmã de Clarice.

Julgue os itens de **23** a **25**, relativos a algumas formas de contagem e medidas.

- 23 Suponha-se que, em uma loja de animais domésticos, estejam à venda 6 filhotes machos e 4 filhotes fêmeas de cão labrador. Nesse caso, para se comprar apenas um filhote, há 24 possibilidades.
- 24 Suponha-se que, para se cadastrar em um sistema *on-line*, o candidato deva gerar uma senha de 5 caracteres, de modo que os 2 primeiros caracteres estejam entre as 10 primeiras letras do alfabeto, mas sejam diferentes; o terceiro e o quarto caracteres sejam algarismos de 0 a 9, mas diferentes; e o último caractere seja escolhido no conjunto {\$, #, @, *, &}. Nessas condições, é possível gerar quarenta mil e quinhentas senhas.
- 25 Suponha-se que um responsável técnico por uma fábrica de laticínios trabalhe 12 h semanais. Nesse caso, ele poderá se encarregar de uma produção de até 3.000 kg/dia, isto é, até 30.000 g/dia.

RASCUNHO

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Amazonas possui uma Diretoria Executiva que é assessorada por um Conselho, com 6 conselheiros efetivos e 6 suplentes, sendo que, desse total, 3 são mulheres. Além disso, esse Conselho Regional tem uma Comissão de Assuntos Políticos com 5 membros, uma Comissão de Grandes Animais com 6 membros e uma Comissão de Ética, Bioética e Bem-estar Animal com 5 membros.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **26 a 30**.

- 26** Considerando que os integrantes das 3 comissões citadas no texto sejam distintos, a probabilidade de se escolher um representante para essas 3 comissões que integre a Comissão de Grandes Animais é de 30%.
- 27** A porcentagem de mulheres que atuam como conselheiras, entre efetivos e suplentes, é inferior a 34%.
- 28** A proporção entre as mulheres e os homens que atuam como conselheiros efetivos e suplentes é de uma mulher para cada 3 homens.
- 29** Há 15 possibilidades de se formar subcomissões de 3 membros a partir dos integrantes da Comissão de Assuntos Políticos.
- 30** Suponha-se que os membros da Comissão de Ética, Bioética e Bem-estar Animal analisem 30 processos a cada 3 meses. Nesse ritmo, se houvesse 8 membros na Comissão, seriam analisados 48 processos.

RASCUNHO

Evo Morales e Sebastian Piñera têm pouco em comum. O primeiro, mandatário da Bolívia até o último fim de semana, é um político esquerdista, de origem indígena, ex-agricultor de coca. O segundo, atual presidente do Chile, é um empresário branco, milionário e de centro-direita.

Internet: <www.bbc.com> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e refletindo sobre a situação política da América do Sul, julgue os itens de **31 a 35**.

- 31** O segundo governante citado no texto vem promovendo um processo de enfraquecimento da democracia, cogitando a extensão do atual mandato e defendendo a possibilidade de reeleição.
- 32** Evo Morales não é mais o presidente da Bolívia, tendo deixado o governo após um processo de plebiscito, em que contou com o apoio de uma ínfima parte da população.
- 33** Primeiro presidente de origem indígena da Bolívia, Morales renunciou em novembro último, tendo recebido asilo político no México.
- 34** A razão pela qual o texto menciona, simultaneamente, Bolívia e Chile, é que, em ambos os países, houve grandes manifestações populares, questionando medidas dos governos, embora por razões diferentes.
- 35** O Equador vive momentos de turbulência política, em que seu presidente, Lenín Moreno, eleito com um discurso de extrema direita, tem sofrido pressões para renunciar.

Novas manchas de óleo voltaram a aparecer, no dia 14 de novembro de 2019, no extremo sul da Bahia. As substâncias foram encontradas nos municípios de Nova Viçosa, Mucuri e Prado.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

A respeito da questão mencionada no texto acima e de temas correlatos, julgue os itens de **36 a 40**.

- 36** Mais da metade dos municípios litorâneos do Nordeste do País foram atingidos pelo óleo, segundo o Ibama.
- 37** Em novembro, as investigações confirmaram as suspeitas de órgãos do governo de que a Venezuela seria a responsável pelo derramamento de óleo, comprovadamente criminoso.
- 38** Manchas de óleo atingiram também o litoral da região Sudeste, como foi o caso do Espírito Santo.
- 39** As primeiras ocorrências de óleo foram avistadas na Bahia, em outubro último, em volume e densidade preocupantes, segundo a Marinha do Brasil.
- 40** Empresas fabricantes de cimento do Nordeste estão aproveitando os resíduos de óleo retirados das praias em seus processos produtivos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

O texto constitucional garante que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. De acordo com a Lei n.º 12.527/2011, julgue os itens de **41** a **45** acerca do acesso a essas informações.

- 41** Os municípios deverão editar leis próprias para garantir o direito de acesso às informações, uma vez que a lei em comento é aplicável apenas no âmbito da União.
- 42** É obrigatória a disponibilização de informação contida em projetos de pesquisa, produzidos por órgão públicos, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.
- 43** As entidades públicas deverão promover, independentemente de requerimento, a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por elas produzidas.
- 44** O órgão público deverá conceder o acesso imediato à informação disponível, desde que ela não possua restrições de publicidade impostas por lei.
- 45** No caso de indeferimento de acesso a informações, não caberá recursos contra a decisão, uma vez que cabe ao Estado, por decisão discricionária, decidir o que pode ou não vir a público.

Segundo a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens de **46** a **50** com relação ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- 46** Durante o processo administrativo, o administrado não poderá formular alegações e apresentar documentos. Isso só será possível após decisão proferida pela autoridade competente.
- 47** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que tenha interesse indireto na matéria, devendo comunicar seu impedimento à autoridade competente, sob pena de cometimento de falta grave se assim não o fizer.

- 48** Os atos do processo realizados fora do horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo serão sempre considerados como inválidos, em respeito ao devido processo legal administrativo.
- 49** Não será admitida a intimação do interessado, para a ciência de decisão ou a efetivação de diligências, por via postal, com aviso de recebimento.
- 50** É possível a apresentação de recursos das decisões administrativas em face de razões de legalidade e de mérito.

João, servidor público federal, concursado da administração direta, com o auxílio de Pedro, que exerce transitoriamente função na administração indireta, e de Joana, empregada pública, acertou com Carlos, empresário, de facilitar e tolerar o contrabando de medicamentos veterinários.

João prontificou-se a usar seu cargo público para que a atividade fosse executada e, como garantia, Carlos realizou o pagamento em espécie para João de forma antecipada.

Já Joana, como era nova ainda no acordo, resolveu aceitar apenas a promessa de vantagem econômica e afirmou que não iria agir para impedir o contrabando, mas que iria apenas ficar omissa.

Com base nesse caso hipotético e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens de **51** a **55**.

- 51** As sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992 poderão ser aplicadas a João, não sendo possível sua aplicação no caso de Pedro, uma vez que ele não é considerado como agente público, devendo responder apenas na esfera administrativa e penal.
- 52** O ato de João constitui ato de improbidade administrativa, já que ele auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo.
- 53** O fato de Joana apenas aceitar promessa de vantagem econômica não é suficiente para caracterizar ato de improbidade administrativa.
- 54** Na fixação da pena de João, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido.

55 O agente público que deixar de praticar o ato de ofício, sendo omissos, não poderá ser responsabilizado por violação da Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que seu texto é explícito ao afirmar que a responsabilização somente poderá ocorrer por ação, mas não por omissão, do agente público.

A respeito da administração pública direta e indireta do Estado Brasileiro, julgue os itens de **56 a 60**.

- 56** A administração indireta é composta por entidades que possuem capacidade administrativa, política e legislativa.
- 57** As sociedades de economia mista não pertencem à administração pública direta nem à indireta, uma vez que possuem personalidade jurídica de direito privado, além de finalidade lucrativa.
- 58** Todas as entidades criadas pela Administração Pública para prestação descentralizada dos serviços devem gozar de personalidade jurídica. Dessa forma, a personalidade jurídica é comum a todos os entes da administração indireta.
- 59** A criação de quase todas as entidades da administração indireta depende de lei específica, seja ela lei ordinária ou complementar. A exceção cabe às empresas públicas que são criadas mediante registro em cartório e junta comercial, sem necessidade de lei.
- 60** Os entes da administração indireta sujeitam-se ao controle, pela administração direta, da pessoa política à qual são vinculados.

Quanto à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares independe da existência de culpa.
- 62** A Constituição Federal de 1988 estabelece que a responsabilidade do Estado e do agente público que causar o dano, durante o exercício de suas funções, é objetiva.
- 63** As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem de forma objetiva.

- 64** O caso fortuito, o caso de força maior e o caso de culpa exclusiva da vítima não excluem a responsabilidade do Estado, uma vez que ele adota a teoria do risco integral.
- 65** Quando o Estado possui o dever legal de impedir a ocorrência do dano e fica omissos, poderá ser responsabilizado civilmente e deverá reparar os prejuízos.

O poder administrativo representa uma prerrogativa especial de direito público outorgada aos agentes do Estado. Cada um desses terá a seu cargo a execução de certas funções. Ora, se tais funções foram por lei cometidas aos agentes, devem eles exercê-las, pois que seu exercício é voltado para beneficiar a coletividade. Ao fazê-lo, dentro dos limites que a lei traçou, pode dizer-se que usaram normalmente os seus poderes.

José dos Santos Carvalho Filho. **Manual de direito administrativo**. 32.^a ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** O poder administrativo conferido aos agentes públicos pode ser renunciado e exercido por terceiros, não titulares, desde que exista expressa declaração escrita pelo agente.
- 67** Quando o poder administrativo não for utilizado de forma adequada pelos administradores, ele deverá ser corrigido na via administrativa ou judicial, uma vez que o poder deve estar em conformidade com o que a lei dispuser.
- 68** Quando um fiscal atua fora dos limites de sua competência, diz-se que ele atuou com excesso de poder.
- 69** A lei prevê a possibilidade de valoração da conduta, permitindo ao agente público analisar a conveniência e a oportunidade, agindo sempre dentro dos limites da lei e devendo adequar sua conduta à finalidade que a lei expressa.
- 70** O abuso de poder decorre de condutas comissivas, ou seja, quando o ato administrativo é praticado fora dos limites impostos pela lei. Contudo, não é possível abuso de poder decorrente de conduta omissiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Título I da Constituição Federal de 1988 é dedicado aos princípios fundamentais do Estado brasileiro e, no art. 1.º, são estabelecidas suas características essenciais. Acerca dessas características, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** A forma de Estado adotada no Brasil é a federação. Isso quer dizer a coexistência de unidades dotadas de autonomia política em um mesmo território.
- 72** A Federação brasileira é composta pela União, pelos estados-membros, pelo Distrito Federal e pelos municípios, sendo possível apenas aos municípios o direito de secessão, em respeito ao princípio da indissolubilidade de vínculo federativo.
- 73** O Brasil adota como forma de governo a República, que expressa a maneira como se dá a instituição do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados.
- 74** Quanto ao regime político, o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito.
- 75** No Brasil, vigora apenas a democracia direta, em que não é admissível a conjugação do princípio representativo com os institutos da democracia direta.

O art. 5.º da Constituição Federal de 1988 enumera cinco direitos fundamentais básicos, sendo os demais direitos presentes em seus incisos desdobramentos do direito à vida, do direito à liberdade, do direito à igualdade, do direito à segurança e do direito à propriedade. Com relação a esse tema, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A Constituição protege a vida extrauterina de forma absoluta. Contudo, a vida intrauterina não é protegida, motivo pelo qual o aborto terapêutico é permitido.
- 77** Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em casos que envolvam segurança nacional, em benefício do bem da coletividade.
- 78** Caso o Estado permita ou realize a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, estará violando o direito à liberdade de crença religiosa e deixando de ser laico.

- 79** É livre o exercício de qualquer profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- 80** Os direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Os direitos sociais constituem as liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, e têm por objetivo a melhoria das condições de vida dos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. **Direito Constitucional descomplicado**. 16.ª ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017 (com adaptações).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue os itens de **81 a 85** a respeito dos direitos sociais.

- 81** O piso salarial do trabalhador será proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Contudo, a redução do salário é inadmissível, mesmo se houver previsão disposta em convenção ou acordo coletivo.
- 82** É vedada a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, por ferir o princípio da isonomia.
- 83** O salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- 84** Nas negociações coletivas de trabalho, é obrigatória a participação dos sindicatos.
- 85** Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. Por esse motivo, é obrigatória a filiação sindical para todo trabalhador.

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Segundo a Constituição Federal de 1988, julgue os itens de **86 a 90** quanto à Administração Pública.

- 86** A necessidade de concurso público, de provas ou provas e títulos, para investidura em cargo ou emprego público aplica-se para a administração pública direta e indireta.
- 87** Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- 88** Não existe previsão constitucional de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, uma vez que a referida medida violaria os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.
- 89** É possível o agente público acumular mais de dois cargos ou empregos públicos, desde que um deles seja de professor em universidade, o outro de técnico em uma autarquia e o terceiro seja em uma empresa pública de sociedade de economia mista.
- 90** No exercício de mandato eletivo federal, o servidor público da administração direta ficará afastado de seu cargo, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Conforme a Lei n.º 5.517/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** A direção de hospitais para animais é competência privativa do médico-veterinário.
- 92** Além da fiscalização do exercício profissional do médico-veterinário, também é finalidade do Conselho Federal orientar, supervisionar e disciplinar as atividades relativas à profissão de médico-veterinário em todo o território nacional, diretamente ou por meio dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

- 93** O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária constituem, em seu conjunto, uma autarquia e cada um deles é dotado de personalidade jurídica de direito público. Por isso, poderão ser constituídos apenas por brasileiros natos.
- 94** Os componentes do Conselho Federal e seus suplentes são eleitos para um mandato de quatro anos, exercido de forma remunerada de acordo com o cargo.
- 95** A expedição de carteiras profissionais constitui uma das rendas do Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- 96** Os membros dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária serão eleitos por escrutínio aberto, com a obtenção da maioria simples dos votos válidos.
- 97** O voto para eleição dos membros dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária é pessoal e obrigatório em toda eleição, salvo caso de doença ou de ausência plenamente comprovada.
- 98** É possível o eleitor que se encontrar, por ocasião da eleição, fora da sede em que ela deva se realizar dar seu voto em dupla sobrecarta opaca, fechada e remetida por ofício, com firma reconhecida, ao presidente do Conselho Regional respectivo.
- 99** As penas disciplinares de suspensão e censura pública serão aplicadas apenas pelo Conselho Federal, cabendo aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária aplicar as penas de advertência e censura confidencial.
- 100** As denúncias contra membros dos Conselhos Regionais só serão recebidas quando devidamente assinadas e acompanhadas da indicação de elementos comprobatórios do alegado.

No que se refere ao Decreto n.º 5.053/2004, que aprova o regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comerciem, julgue os itens de **101 a 105**.

- 101** A inspeção e a fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário poderão ser realizadas pelas Secretarias de Agricultura dos estados e do Distrito Federal, por delegação de competência.
- 102** A licença para funcionamento do estabelecimento que fabrique produtos de uso veterinário para terceiros será renovada anualmente.

- 103** A renovação de licença de todos os estabelecimentos que fabriquem, distribuam, manipulem ou armazenem produtos veterinários deverá, obrigatoriamente, ser precedida de inspeção e aprovação das instalações.
- 104** Caso seja cancelada a licença de funcionamento do fabricante, as licenças dos produtos não serão automaticamente canceladas.
- 105** Fica isento de registro o produto de uso veterinário importado que se destine exclusivamente à entidade oficial ou particular, para fins de programas sanitários oficiais.

Segundo a Resolução CFMV n.º 1.041/2013, julgue os itens de **106** a **110** acerca da inscrição, do registro, do cancelamento e da movimentação de pessoas físicas e jurídicas nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária.

- 106** O médico-veterinário e o zootecnista que exercerem a atividade de magistério, em suas respectivas áreas profissionais, serão obrigados a se inscrever no Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- 107** O profissional que apresentar certificado ou certidão de colação de grau expedido por instituição de ensino superior credenciada será admitido para a inscrição provisória, sendo expedida a respectiva cédula de identidade profissional provisória.
- 108** É prescindível a inscrição de médico-veterinário ou zootecnista estrangeiro que venha a atuar no Brasil no Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- 109** A transferência do profissional para a jurisdição de outro Conselho Regional de Medicina Veterinária deverá ser requerida ao presidente do Conselho para o qual deseja se transferir.
- 110** O médico-veterinário que exerça atividade profissional apenas na condição de militar fica isento de pagamento de anuidade, taxas e emolumentos dos Conselhos Regionais.

Com relação às normas de fiscalização de procedimentos administrativos, julgue os itens de **111** a **115** de acordo com a Resolução CFMV n.º 672/2000.

- 111** Cabe ao fiscal do Conselho Regional de Medicina Veterinária, no exercício de suas atribuições, verificar se o certificado de regularidade se encontra afixado em local visível e de fácil acesso.
- 112** O autuado terá o prazo de vinte dias para, a contar do dia da lavratura do auto de infração, apresentar sua defesa administrativa.
- 113** Durante a fiscalização, se for constatada alguma irregularidade, será expedido o respectivo auto de infração e deverá ser aberto processo administrativo.
- 114** Uma vez lavrado o auto de multa, não poderá o Plenário decidir por seu cancelamento antes da data de vencimento do respectivo boleto, mesmo que a irregularidade tenha sido sanada.
- 115** Não cabe recurso contra decisão do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Juro que, no exercício da medicina veterinária, cumprirei os dispositivos legais e normativos, respeitando o Código de Ética Profissional, buscando harmonia entre ciência e arte, aplicando meus conhecimentos para o desenvolvimento científico e tecnológico em benefício da saúde única e do bem-estar dos animais e promovendo o desenvolvimento sustentável. Assim eu juro!

Juramento do Médico-veterinário – Resolução n.º 1.138/2016.

Com base no Código de Ética do Médico-veterinário, julgue os itens de **116** a **120**.

- 116** O médico-veterinário pode escolher livremente seu cliente ou seus pacientes, com exceção de algumas situações, como no caso de não existir outro médico-veterinário na localidade onde exerça sua atividade.
- 117** O médico-veterinário deve, durante seu exercício profissional, preservar o bem-estar animal. Contudo, não cabe denunciar às autoridades competentes qualquer forma de agressão aos animais ou ao meio ambiente.
- 118** O médico-veterinário não pode desviar para clínica particular cliente que tenha sido atendido em função assistência ou em caráter gratuito.
- 119** O médico-veterinário deve valorizar sua profissão, exercendo-a de forma a promover toda forma de mercantilismo.
- 120** O médico-veterinário poderá utilizar placas indicativas do estabelecimento médico-veterinário contendo o título de formação acadêmica mais relevante, não implicando em autopromoção.